

## INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

É Regido por Estatuto e demais disposições legais pertinentes.

Promove, Cursos Profissionalizantes, Técnico, Superiores, Livres, Chefia, Lideranças e de Inteligência Investigativa em todo o âmbito público ou privado;

O IPAN É uma força de auxílio aos órgãos públicos, privados e federais, é uma Instituição Filantrópica permanente que tem por finalidade organizar a ação de associados e voluntários para, proteção, preservação da fauna e flora, atuando no combate a, nas atividades de associações para causas de defesa e recuperação do meio ambiente natural, à conservação, à defesa, ao equilíbrio ecológico, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, prevenção e combate a incêndios florestais busca e salvamento, resgate de animais, terrestres, marítima e aérea, primeiros socorros, auxílio em enchentes e ações de defesa civil, implantação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC's), Brigada de Incêndio, bombeiro civil e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuir para preservação e a restauração da diversidade de ecossistema natural, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, promover ensaios e análises de amostras ambientais, proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural, proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos, recuperar ou restaurar ecossistema degradado, proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento, valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, proteger os recursos naturais necessários à subsistência, respeitando, valorizando, conhecimento, cultura e tradição promovendo-as social e economicamente. Possui uma disciplina militar, com patentes, discriminadas em nosso regimento interno, de acordo com as aptidões físicas e intelectuais seguindo a hierarquia usada no militarismo em atividades consideradas como Pré-Militares, sem nenhum caráter para-militar proibido pela Constituição Federal.

Para fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configuram-se mediante a execução direta de projetos, programas e planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos, órgãos do poder público que atuem em áreas afins mediante iniciativas de convênios públicos ou privados. Desde já renovo os votos de distinta e elevada consideração e meu apreço... Cmte -Marcelo Almeida Antunes

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
20.139.775/0001-50  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
10/04/2014

NOME EMPRESARIAL  
INSTITUTO DE PROTECAO AMBIENTAL NACIONAL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO  
AV DOUTOR SIMEAO DE FARIA

NÚMERO  
1043

COMPLEMENTO

CEP  
36.088-000

BAIRRO/DISTRITO  
SANTA CRUZ

MUNICÍPIO  
JUIZ DE FORA

UF  
MG

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
10/04/2014

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 25/04/2014 às 14:54:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 25/04/2014



## T E R M O   D E   A B E R T U R A

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 17 (DEZESSETE) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 17 (DEZESSETE), E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO GERAL NUM. 1(UM) DA EMPRESA INSTITUTO DE PROTECAO AMBIENTAL NACIONAL, FIRMA ESTABELECID A AV DOUTOR SIMEAO DE FARIA, 1043 SANTA CRUZ, NESTA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG CEP: 36088000, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. POR DESPACHO DE 0 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 20139775000150, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. , E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. isento.

CONFORME DETERMINA O ART. 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107 DE 23/05/2008 DO D.N.R.C, DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

O PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO CONTADOR(A) RESPONSÁVEL, O SR. LIA GONÇALVES PEREIRA VALE REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 084472, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 681.336.937-72.

JUIZ DE FORA, 01 DE JANEIRO DE 2018.

GESTOR EM SEGURANÇA - MARCELO ALMEIDA ANTUNES

C.P.F - 01153678705

LIA GONÇALVES PEREIRA VALE

C.R.C 084472

681.336.937-72

RTD E CPJ de Juiz de Fora/MG  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES - OFICIALA

RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO  
Fone: (32)3215-1505

Código	6419-8	8101-8	Total
Qtd	1	2	3

PROTOCOLO Nº 238015 REG Nº 7418 - LIV 283-A - PÁG 136 -AV Nº 1

Juiz de Fora, MG, 17 de dezembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO CASTRO GONÇALVES - SUBSTITUTA

Des	Emo	ISS	Rec	TFJ	Total
	49,20	2,02	2,96	17,15	71,99

Procurador Judicial - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça  
Ofício RTD E CPJ de Juiz de Fora/MG

SELO DE CONSULTA: DHD40773 - Cód. Seg.: 1544.2808.3044.3578  
Quantidade de atos praticados: 3

Por MARIA DA CONCEIÇÃO CASTRO GONÇALVES - SUB  
Emet: 52.22 - TFJ: 17.15 - Valor final: 89.37 - ISS: 2.02  
e a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst. Del. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst. Del. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro





TERMO DE ENCERRAMENTO

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 17 (DEZESSETE) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 17 (DEZESSETE), E SERVIU DE LIVRO DIÁRIO GERAL NUM. 1(UM) DA EMPRESA INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL, FIRMA ESTABELECIDÀ À AV DOUTOR SIMEAO DE FARIA, 1043 SANTA CRUZ, NESTA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG CEP: 36088000, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. POR DESPACHO DE 0 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 20139775000150, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. , E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. isento, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/2018 A 31/12/2018 E SE DESTINOU A FINS CONSTANTES DO TERMO DE ENCERRAMENTO.

CONFORME DETERMINA O ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107 DE 23/05/2008 DO D.N.R.C., DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

O PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO CONTADOR(A) RESPONSÁVEL, O SR. LIA GONÇALVES PEREIRA VALE REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 084472, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 681.336.937-72.

JUIZ DE FORA, 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

*Marcelo Almeida Antunes*

GESTOR EM SEGURANÇA - MARCELO ALMEIDA ANTUNES

C.P.F - 01153678705

*Lia Gonçalves Pereira Vale*

LIA GONÇALVES PEREIRA VALE

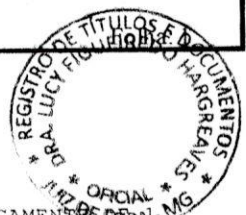
C.R.C 084472

C.P.F 681.336.937-72

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficinal: Dr. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Dr. M. da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1508 e 1509 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficinal: Dr. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Dr. M. da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1508 e 1509 - Centro





TERMO DE ABERTURA

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 27 (VINTE E SETE) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 A 27 (VINTE E SETE), E SERVIRÁ DE LIVRO DIÁRIO GERAL NUM. 2(DOIS) DA EMPRESA INSTITUTO DE AMBIENTAL NACIONAL, FIRMA ESTABELECIDÀ AV DOUTOR SIMEAO DE FARIA, 1043 SANTA CRUZ, CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG CEP: 36088000, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO DE MINE NUM. POR DESPACHO DE 0 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (C.N.P.J.) 20139775000150, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. , E INSCRITO NA SECRETARIA DE REGISTRO SOB O NUM. isento.

CONFORME DETERMINA O ART. 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107 DE 23/05/2008 DO D.N.R.C, QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE FOI APRESENTADA.

PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO CONTADOR(A) RESPONSÁVEL, O SR. LIA GONÇALVES PEREIRA, REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 084472, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 681.336.937-72.

JUIZ DE FORA, 02 DE JANEIRO DE 2019.  
*Marcelo Almeida Antunes*  
GESTOR EM SEGURANÇA - MARCELO ALMEIDA ANTUNES  
C.P.F - 01153678705

*Lia Gonçalves Pereira Vale*  
LIA GONÇALVES PEREIRA VALE  
C.R.C 084472  
C.P.F 681.336.937-72

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst: Bel. M. de Conceição G. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst: Bel. M. de Conceição G. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst: Bel. M. de Conceição G. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

RTD E CPJ de Juiz de Fora/MG  
DE FIQUEIREDO HARGREAVES - Oficial

RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO  
Fone: (32)3215-1505

Código	6419-6	8101-8	Total
Qtd	1	2	3

PROTÓCOLO Nº 236508 REG Nº 7418 - LIV 286-A - PÁG 106 - AV Nº 2

Juiz de Fora, MG, 22 de janeiro de 2020.  
SANZIO GONZALEZ NEVES - ESCRIVENTE

Des	Emr	ISS	Rec	TFJ	Total
	50,89	2,70	3,05	17,71	74,35

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça  
1º Ofício RTD E CPJ de Juiz de Fora/MG

SELO DE CONSULTA: DHD43814 - Cód. Seg.: 2944.9207.4350.4098  
Quantidade de atos praticados: 3  
Atos praticado(s) por: SANZIO GONZALEZ NEVES - ESCRIVENTE  
Emol: 53,94 - TFJ: 17,71 - Valor final: 71,65 - ISS: 2,70  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>





## TERMO DE ENCERRAMENTO

CONTÉM ESTE CONJUNTO DE FORMULÁRIOS 27 (VINTE E SETE) FOLHAS NUMERADAS MECANICAMENTE DE 1 (UM) A 27 (VINTE E SETE), E SERVIU DE LIVRO DIÁRIO GERAL NUM. 2 (DOIS) DA EMPRESA INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL, FIRMA ESTABELECIDÀ À AV DOUTOR SIMEAO DE FARIA, 1043 SANTA CRUZ, NESTA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG CEP: 36088000, REGISTRADA NA JUNTA COMERCIAL DO MESMO ESTADO SOB O NIRE NUM. POR DESPACHO DE 0 E NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (C.N.P.J.) 20139775000150, E INSCRITO NO MUNICÍPIO SOB O NUM. , E INSCRITO NA SECRETARIA ESTADUAL SOB O NUM. isento, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/2019 A 31/12/2019 E SE DESTINOU A FINS CONSTANTES DO TERMO DE ENCERRAMENTO.

CONFORME DETERMINA O ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107 DE 23/05/2008 DO D.N.R.C., DECLARAMOS QUE O PRESENTE LIVRO ENCONTRA-SE TOTALMENTE ESCRITURADO, DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.

O PRESENTE VAI ABAIXO ASSINADO PELO CONTADOR(A) RESPONSÁVEL, O SR. LIA GONÇALVES PEREIRA VALE REGISTRADO NO C.R.C. SOB O NUM. 084472, REGISTRADO(A) NO C.P.F. SOB O NUM. 681.336.937-72.

JUIZ DE FORA, 31 DE DEZEMBRO DE 2019.  
*Marcelo Almeida Antunes*

GESTOR EM SEGURANÇA - MARCELO ALMEIDA ANTUNES

C.P.F - 01153678705

*Lia Gonçalves Pereira Vale*

LIA GONÇALVES PEREIRA VALE

C.R.C 084472

C.P.F 681.336.937-72

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Registro de Títulos e Documentos

**REGISTRO**

Instituto de Proteção Ambiental  
Nacional

Oficial - Dra. Lucy de Figueiredo Hargreaves

Rua Halfeld, 651 - S / 1505  
Juiz de Fora - MG





# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. ADSUMUS!

## ESTATUTO

### TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL, doravante reconhecido pela sigla **IPAN**, com nome de fantasia **BRIGADA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL (BPAN)**.

É uma associação sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Juiz de Fora, sediado Interinamente AV DOUTOR SEMEÃO DE FARIAS nº1043 STA CRUZ - MG. CEP. 36.088-000, regido por este Estatuto e demais disposições legais pertinentes.

**Parágrafo Único** - O presente Estatuto regula situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros do **BPAN**, com abrangência em todo Território Nacional e no exterior.

### CAPÍTULO II

#### Do objeto:

**Art. 2º** O **IPAN** É uma força de auxílio aos órgãos públicos e federais, é uma Instituição Filantrópica permanente que tem por finalidade organizar a ação de associados e voluntários para, proteção, preservação da fauna e flora, atuando no combate a , nas atividades de associações para causas de defesa e recuperação do meio ambiente natural, à conservação, à defesa, ao equilíbrio ecológico, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, prevenção e combate a incêndios florestais busca e salvamento, resgate de animais, terrestres, marítima e aérea, primeiros socorros, auxílio em enchentes e ações de defesa civil, Implantação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC's), Brigada de Incêndio, bombeiro civil e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuir para preservação e a restauração da diversidade de ecossistema natural, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, promover ensaios e análises de amostras ambientais, proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural, proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos, recuperar ou restaurar ecossistema degradado, proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento, valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, proteger os recursos naturais necessários à subsistência, respeitando, valorizando, conhecimento, cultura e tradição promovendo-as social e economicamente. Possui uma disciplina militar, com patentes, discriminadas em nosso regimento interno, de acordo com as aptidões físicas e intelectuais seguindo a hierarquia usada no militarismo em atividades consideradas como Pré-Militares, sem nenhum caráter para-militar proibido pela Constituição Federal.

§ 1º Para fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configuram-se mediante a execução direta de projetos, programas e planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos, órgãos do poder público que atuem em áreas afins mediante iniciativas de convênios públicos ou privados.

§ 2º É vedada à entidade a participação em campanhas de interesse político partidário ou eleitoral.

§ 3º A entidade poderá instituir cursos de formações superiores, técnicos e livres relacionados aos seus objetivos afins, Tais como: Capelania, atividades subaquáticas (Mergulho), Primeiros Socorros, Socorrista, Resgate e Salvamento no Meio Ambiente, Operações Ambientais, Montanha, Busca e Salvamento em Montanha, Brigada de Incêndio, Defesa civil, de formação específica de treinamento e aperfeiçoamento social e profissional ou em outros cursos, ministrados pela instituição.

§ 4º Promover Cursos Profissionalizantes, Técnico, Superiores, chefia e Lideranças e de inteligência investigativa em todo âmbito publico ou privado;

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro





# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. **ADSUMUS!**

**Art. 3º** Para execução de seus objetivos o **IPAN** poderá:

a) Pleitear sua qualificação como organização social, organização da sociedade civil de interesse público. Ou outra reconhecida pela legislação vigente, ficando incorporadas ao seu estatuto as respectivas exigências legais;

§ 1º Promover, planejar, criar, executar e administrar projetos e/ou programas de pesquisas, obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral, ações de atividades e serviços de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, habitação, trabalho, justiça e desenvolvimento social, visando à formação do cidadão, aprimorando a democracia e os direitos humanos, eliminando todas as formas de racismo e de discriminações sociais, primando pela família em favor de uma sociedade justa, fraterna, livre e solidária;

§ 2º Colaborar com os Poderes Públicos nas situações de emergências, ou quando solicitado, prestar assistência social a quem interessar, promovendo atividades de utilidades públicas, participando da formulação de políticas públicas e ações sociais comunitárias, valorizando os Estatutos da Criança e do Adolescente, bem como aos idosos e aos deficientes físicos, sempre com amparo de seus respectivos Estatutos;

## CAPÍTULO III

### Da admissão e exclusão de associados

**Art. 4º** A admissão dos associados será feita mediante proposta e indicações dirigida à diretoria, sem quaisquer privilégios ou distinção de acordo com o art. 3º, a partir dos 16 anos de idade legalmente autorizados pelos seus familiares ou responsáveis.

**Art. 5º** Os associados são classificados nas seguintes categorias: Fundador; são aqueles que ajudaram na fundação da associação, e que assinam a Ata de fundação da associação; **Associados Efetivos:** são aqueles que entrarem para o quadro social após a fundação da Associação; **Associados Beneméritos:** os que contribuem com donativos e doações; **Associados Contribuintes:** poderão ser pessoas físicas ou jurídicas que contribuem para a manutenção e prestação de serviços da associação, sendo o valor da contribuição, previamente aprovados em Assembléia Geral;

**Associado Honorário:** é aquele que por indicação da diretoria e aprovação do presidente, poderá exercer cargos e funções; **Associado Beneficiados:** os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados;

**Art. 6º** Serão admitidos como associados todas as pessoas que requeiram sua admissão, comprometendo-se a cumprir o Estatuto, seus princípios e finalidades.

**Art. 7º** Perderão a qualidade de associados (exoneração) aqueles que solicitarem seu desligamento da Associação,

**Art. 8º** Será excluído:

§ 1º o associado ou administrador que atentar contra as finalidades da associação, ou que praticar ato ou omissão que desabone sua conduta (traição, conspiração, sabotagem), perante a associação, a juízo da Diretoria.

§ 2º o administrador que não cumprir as funções para as quais foi eleito; ou se ausentar das reuniões administrativas, sem justificativa, por três vezes seguidas ou quatro intercaladas; sempre a juízo de 2/3 dos presentes em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 3º Considera-se administrador qualquer membro da Diretoria e, no caso de sua exclusão, será chamado a ocupar o cargo vacante o suplente ou, se necessário, deverão ser convocadas eleições, nos termos do Título IV deste Estatuto.

## CAPÍTULO IV

### Dos direitos e deveres dos associados

**Art. 9º** São direitos dos associados:

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

20



# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. **ADSUMUS!**

§ 1º aderir e participar dos planos, programas, eventos e benefícios organizados e promovidos pela Associação.

§ 2º tomar parte nas reuniões das Diretorias e Assembléias, nestas com direito de voto, desde que estejam adimplentes com suas obrigações até 30 dias que anteceda a data da Assembléia;

I – se elegível, candidatar-se a compor chapa;

II – convocar Assembleia Geral Extraordinária dos Associados, desde que solicitem ao Presidente, por escrito, através de exposição de motivos, assinada no mínimo por 20% (vinte por cento) dos associados que estejam adimplentes com seus deveres, nos moldes deste Estatuto;

III – apresentar e defender sugestões e propostas que se relacionem com os objetivos da associação, assim como interpor recursos às Diretorias e das Diretorias à Assembléia Geral.

**Art. 10º** São deveres dos associados:

I – respeitar e cumprir este Estatuto, bem como quaisquer regulamentos e resoluções que forem baixados pela Assembléia Geral dos Associados, e pela Diretoria cooperando sempre, direta ou indiretamente para o seu progresso;

II – pagar, pontual e mensalmente, as contribuições financeiras devidas à Associação;

III – exercer com empenho e dedicação as funções para as quais tenha sido eleito ou nomeado, na forma deste Estatuto;

IV – comparecer às convocações feitas pela da Associação.

**Parágrafo único.** Os associados não responderão subsidiariamente por compromissos assumidos em nome da Associação. Apenas os administradores da Associação, no seu dever de prestação de contas, caso não logrem aprovação da Assembléia Geral, responderão com seu patrimônio, subsidiariamente, por eventuais danos provocados ao patrimônio da Associação.

## CAPÍTULO V

### DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

**Art. 11º** A Associação está organizada em:

I Assembleia Geral;

II Diretoria;

III Conselho Fiscal.

## CAPÍTULO VI

### Da assembleia geral

**Art. 12º** A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação, podendo discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto do interesse da Comunidade. A Assembléia Geral é constituída por todos os associados regularmente registrados na Associação, em gozo dos seus direitos de associado.

§ 1º A Assembléia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação nos meios de divulgação disponíveis, sempre com a antecedência mínima de 10 (dez) dias. Em primeira convocação, a Assembléia Geral só deliberará com a presença mínima de um terço dos associados, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número e aprovação da porcentagem dos associados presentes.

§ 2º Para deliberar sobre destituição de administradores (§ 3º, IV), sobre alterações no Estatuto (§ 3º, V) e sobre a extinção da associação, (§ 3º, VI), exige-se o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 3º Compete à Assembleia Geral:

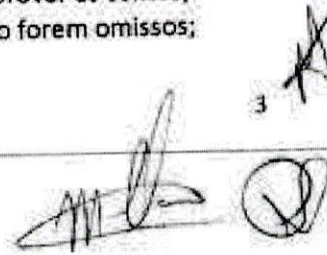
I – Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal a cada dois anos, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim, através de eleição, admitida uma reeleição por voto secreto, ou através de aclamação, quando houver apenas uma chapa;

II – Conhecer, discutir, relatórios da Diretoria sobre suas atividades, assim como aprovar as contas;

III – Decidir sobre assuntos em relação ao qual este Estatuto e o Regimento Interno forem omissos;

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Harpreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1509 - Centro

3





# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. ADSUMUS!

IV – Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V – Alterar o Estatuto;

VI – Decidir sobre a extinção da Associação.

§ 4º A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente da Diretoria, de preferência durante o primeiro trimestre de cada ano. Nela serão apresentados o relatório das atividades e a prestação de contas da Associação, assim como os relatórios do Conselho Fiscal.

§ 5º A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal quando conhecer de qualquer irregularidade na administração da Associação, ou por 1/5.

(um quinto) dos associados. Nela será discutido qualquer tema que não esteja reservado à Assembleia Geral Ordinária.

§ 6º Todos os associados da Comunidade poderão participar das Assembleias. A Assembleia Geral será aberta pelo Presidente e será eleito um associado para presidir-la.

## CAPÍTULO VI

### Da diretoria

Art. 13º A Diretoria, com mandato de dois anos, exceto o Presidente que será por tempo indeterminado, e a mesma é composta por: Vice-Presidente, 1º Secretário (a), Tesoureiro (a).

Parágrafo único o Presidente somente sairá poderá ser Destituído, nos seguintes casos, de Vontade própria, Fraude (se comprovada com Provas verídicas e testemunhas), Invalidez por doenças ou morte.

Art. 14º As decisões da Diretoria serão tomadas em reunião, por maioria, cujo quórum mínimo deverá ser de mais um dos membros da diretoria. Nas decisões da Diretoria, cabe a cada Diretor um voto e, em caso de empate, compete ao Presidente o voto de desempate.

§ 1º São deveres da Diretoria:

I – Lutar pelos interesses dos associados e pela efetividade das finalidades da associação;

II – Convocar Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

III – Cumprir e fazer cumprir as decisões das Assembleias;

IV – Preparar relatório anual sobre as atividades da Associação para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária;

V – Reunir-se, no mínimo, mensalmente, para resolver questões que lhe competem, devendo, a cada seis meses, avaliar o andamento dos planos de trabalho.

Art. 15º São atribuições dos membros da Diretoria:

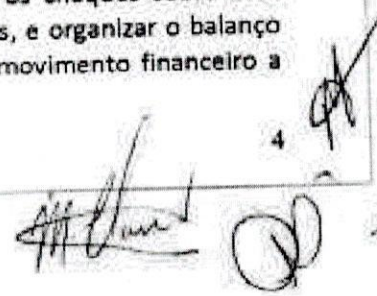
§ 1º Compete ao Presidente: Representar a Instituição, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele; b) Presidir e coordenar as reuniões da Diretoria; c) Rubricar e assinar, juntamente com ou separadamente do Secretário, os livros da Secretaria e todas as páginas das Atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; d) Rubricar e assinar, juntamente com ou separadamente com o Tesoureiro, os livros da Tesouraria, bem como os cheques e todos os documentos bancários; e) Superintender em caráter geral, todas as atividades da Diretoria e de seus membros, respeitando sempre as funções de cada um;

§ 2º Compete ao Vice-Presidente: Substituir o Presidente em quaisquer de seus impedimentos; b) Cooperar com o Presidente em todas as suas atribuições; c) Supervisionar as atividades da entidade juntamente com os demais membros da Diretoria.

§ 3º Compete ao Secretário: a) Redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, assinando-as juntamente com o Presidente; b) Dirigir os trabalhos da Secretaria e redigir toda a correspondência da Associação; c) Fornecer ao Presidente os dados necessários à confecção de relatórios da Associação; d) Substituir o Presidente, na falta ou ausência do Vice-Presidente.

§ 4º Compete ao Tesoureiro: a) Promover a arrecadação de receitas, depositando-as em conta corrente conjunta em nome da Associação, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques sobre essa conta; b) Efetuar os pagamentos de todas as despesas devidamente autorizadas, e organizar o balanço geral das atividades da Tesouraria; c) Apresentar mensalmente o balanço de movimento financeiro a

4





# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. **ADSUMUS!**



Diretoria e Conselho Fiscal; d) Preparar o balanço anual das atividades financeiras e apresentá-lo ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; e) Dirigir todo o serviço de escrita da Tesouraria; f) Escriturar o movimento financeiro da Associação nos livros apropriados.

V- A competência dos demais diretores constará em regimento interno.

**Art. 16º** A Diretoria poderá criar qualquer órgão que julgue ser necessário ao desenvolvimento e finalidades da Associação, contando que este de acordo com os princípios constantes do presente Estatuto, e serão eleitos pela Assembleia Geral.

## CAPÍTULO VIII

### - DO CONSELHO FISCAL

**Art. 17º** O Conselho Fiscal é órgão de assessoramento da Assembleia Geral e lhe compete na votação de matérias atinentes à regularidade e legalidade dos atos de administração da associação, emitindo relatórios e pareceres às Assembleias, bem como a Diretoria. O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo dois efetivos e um suplente, devendo ter um Presidente e um Secretário, escolhidos na primeira reunião após a sua posse.

**Parágrafo único.** O mandato dos conselheiros fiscais será de quatro anos.

## CAPÍTULO IX

### - DO PATRIMÔNIO

**Das fontes de recursos e administração do patrimônio**

**Art. 18º** As fontes de recurso e o patrimônio da Associação constituir-se-á por contribuições dos associados, doações, legados e rendas eventuais; rendas por serviços prestados, bens móveis e imóveis adquiridos, subvenções e auxílio do poder público, sendo certo que a associação aplicará suas rendas integralmente para as finalidades sociais.

§ 1º A instituição não distribuirá lucros, bonificações, dividendos ou outras vantagens sob nenhuma forma ou pretexto aos seus dirigentes mantenedores ou associados.

§ 2º A contribuição dos associados será definida em Assembleia Geral o valor do salário mínimo estabelecido por lei federal, decidida em Assembleia, mediante proposta da Diretoria.

§ 3º Nenhum bem será alienado sem aprovação da Assembleia Geral, com prévio parecer do Conselho Fiscal, sendo certo que o produto da venda será aplicado na aquisição de outros bens ou na realização estrita dos objetivos da Associação.

## CAPÍTULO X

**Da dissolução da associação e destino do patrimônio**

**Art. 19º** Em caso de dissolução da Associação, o remanescente líquido do seu patrimônio será destinado à entidade congênere, de fins não econômicos, escolhida pela Assembleia Geral Extraordinária que tiver decidido pela dissolução.

## TÍTULO XI

### - DAS ELEIÇÕES

**Art. 20º** A eleição dos administradores será feita por aclamação, quando se tratar de chapa única ou por escrutínio secreto quando inscreverem-se 02 (duas) ou mais chapas, apresentadas à diretoria até 10 dias antes da eleição. A diretoria, sob pena de exclusão por justa causa, encaminhará as chapas à Assembleia Geral que colocará em votação no dia, hora e local marcado na convocação, proclamando eleita e empossada a chapa mais votada.

## TÍTULO XII

### - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 21º** São livros obrigatórios da Associação:

I - Registro dos Associados;

II - Livro Diário;

III - Livro-caixa

§ 1º Todos os livros deverão ser autenticados pelo responsável por sua guarda.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Hildebrando, 651/1505 e 150A - ...

*[Handwritten signature]*  
5 401





# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. **ADSUMUS!**

§ 2º. Quando possível, podem ser utilizadas fichas, em vez de livros, desde que autenticadas, nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º Os livros e documentos objetos deste artigo poderão ser consultados a qualquer hora pelos membros do Conselho Fiscal, Diretoria ou pelos associados.

Art. 22º O exercício social irá de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

Art. 23º Todos os cargos da Diretoria do INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL serão exercidos em caráter de gratuidade, podendo os diretores ou os comissionados receber uma verba de representação ou pró-labore para ajuda de custo nas representações da mesma. Fica ao presidente de Honra ter pôr delegação de poderes ou procuração e representação jurídica e administrativa da Instituição.

Art. 24º Fica nomeado o Sr. Marcelo Almeida Antunes como Presidente de Honra e Honorário.

Art. 25º Esse Estatuto será complementado pelas disposições constantes do Regimento Interno da Associação, que ficará depositado na sede da Associação, devendo ser disponibilizado a qualquer associado mediante solicitação.

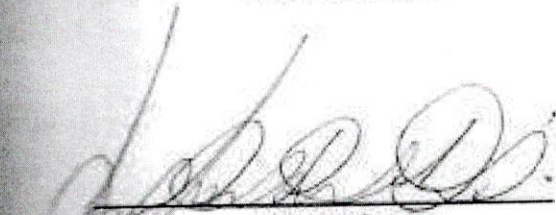
Nada mais a discutir em assembléia, encerra-se o presente ata.

Juiz de Fora, 20 de Fevereiro de 2014.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

  
Presidente  
Nome: Marcelo Almeida Antunes  
CREA-RJ 2010139496  
MTE-RJ 0018480

  
1º Secretário  
Nome: Maria Claudia de Oliveira  
CRQ-MG 02412004

  
Advogada  
Dr.ª: Helen Castilho Paulo de Souza  
OAB/RJ 173.399

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**CARTÓRIO VIANA JUNIOR**  
2º Ofício de Notas

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de  
MARCELO ALMEIDA ANTUNES  
Juiz de Fora, 20/02/2014

Gabriela Oliveira Gonçalves - Extravente Substituto  
CPF: 188.148.148-1 E P.O. 440-22 T.E. 1.165-21 Total R\$ 1.165,21



**CARTORIO LAURA FIGUEIREDO**  
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURIDICAS  
CNPJ: 20.451.266/0001-68  
RUA: HALFELD n° 651/1505 - CENTRO  
Fone: (32)3215-1505  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES  
PROTOCOLO Nº 195944  
REG Nº 7418 - LIV A-98 - PAG 127  
Juiz de Fora, MG, 10 de abril de 2014.  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES - OFICIAL

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURIDICAS  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro  
COM 06292  
ARQUIVAMENTO  
BGD 21820

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURIDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURIDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro  
ARQUIVAMENTO  
BGD 21820  
ARQUIVAMENTO  
BGD 21820  
ARQUIVAMENTO  
BGD 21820  
ARQUIVAMENTO  
BGD 21820  
ARQUIVAMENTO  
BGD 21820  
Juiz de Fora - MG

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURIDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURIDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro



# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. **ADSUMUS!**



## ATA DE FUNDAÇÃO

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de 2013, com início às 19h30minh em sua sede provisória: AV Doutor Simeão de Farias nº1043 Santa Cruz MG, CEP. 36.088-000. Reuniram-se em Assembleia de Constituição e Fundação do **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL** e nome de fantasia "**BRIGADA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**." Assumiu a presidência do trabalho por aclamação unânime, o Presidente desta sessão o que foi aceito: li o Assunto da Ordem do Dia, para qual fora convocado esta Assembleia Geral e que tem o seguinte teor: **A) DA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO ESTUDO SOCIAL; B) DA CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO; C) ELEIÇÃO DA DIRETORIA D) ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL; A) DA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL;** iniciando-se o trabalho, o presidente me solicitou que procedesse a leitura do projeto do Estatuto Social, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura o Presidente submeteu-o, artigo por artigo, a apreciação e discussão e, em seguida a sua aprovação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações mantendo o seguinte teor: Estatuto que foi lido e aprovado nesta ata segue anexo; **B) DA CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO:** O presidente colocou sobre a mesa para a provação do nome da sociedade, com personalidade jurídica de **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**, com sede provisória na: AV Doutor Simeão de Farias nº1043 Santa Cruz MG, reuniram-se em Assembleia de, tendo o Plenário aceito e aprovado; a seguir o Presidente declarou definitivamente fundado desde a data de sua primeira reunião em 22/02/2012 e agora constituída legalmente. **C) DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA:** Depois de indicados e eleitos os membros da diretoria para exercer suas atividades no período de 12/2013 à 01/2016, ficando composto da seguinte forma: **PRESIDENTE:** Marcelo Almeida Antunes, brasileiro, Casado, Gestor em segurança, CPF nº 011536787-05, Cédula de Identidade RG.Nº52133112-2, SSPSP, residente e domiciliado na Avenida Doutor Simeão de Farias, 1043, Bairro de Santa Cruz, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP: 36088-000; **VICE-PRESIDENTE:** Aziza da Cunha Ramalho da Costa, Brasileira, professora, Docente, CPF nº97404772753, Cédula de Identidade RG nº07.171.583-3 Residente na Rua Av.N.Sra de Fátima, 542/1006 CEP: 22020001 **SECRETÁRIO:** Maria Claudia de Oliveira, Brasileira, Solteira, Química, CPF nº06813515608, Cédula de Identidade RG.Nº12699420, SSPMG, residente e domiciliado na Rua Sidônio Veloso, Bairro de Santa Lucia, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. CEP: 36087080; **TESOUREIRA:** Yasmim Pereira dos Reis, CPF nº 119.667.396.99, Cédula de Identidade RG.nº MG-18324297, SSPMG, residente e domiciliado na Rua José Nicolau do Nascimento, 168, Benfica, Juiz de Fora-MG, CEP: 36090652. **D) DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL:** Após a indicação, ficou aprovada a série de chapa única, ficando propostos e apoiados à proposição por unanimidade de votos por aclamação os três membros efetivos que comporá o quadro do Conselho Fiscal, a seguir: **TITULARES:** Darcilei Pereira dos Reis, **SUPLENTE:** João José da Silva, Jairo Coelho De Almeida, Jomar Jorge Falcão da Rosa, Elizângela Aparecida dos Santos, Jocimar Pereira Silva, Evandro Pereira dos Reis e seguida foram empossados imediatamente cada um nos seus cargos para exercer suas funções pelo mandato de 01 ano da Diretoria, Exceto Presidência com mandato por tempo indeterminado e Conselho Fiscal seguem os a esta Ata, e não havendo nada mais a tratar o Presidente declarou encerrada a Reunião às 21h30minh. E Secretária Ad-Hoc Maria Claudia de Oliveira, lavrei a presente Ata, que a mesma será digitada em 03 (três) vias, qual teor e forma, que após lida e aprovada vai por mim, pelo presidente e por toda diretoria, assinada e levada para o órgão de registro competente:

Juiz de Fora, 20 de Fevereiro de 2014

Digo - 18-03-2014

Presidente

Vice Presidente

Tesoureiro

Secretária

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo  
Subst.: Bel. M. da Conceição  
Rua Heliópolis, 651/1505 e 1506  
Juiz de Fora, MG

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo  
Subst.: Bel. M. da Conceição  
Rua Heliópolis, 651/1505 e 1506  
Juiz de Fora, MG



**CARTORIO LAURA FIGUEIREDO**  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
CNPJ: 20.451.266/0001-68  
RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO  
Fone: (32)3215-1505  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES  
PROTOCOLO Nº 195944  
REG Nº 7418 - LIV A-98 - PAG 121  
Juiz de Fora, MG, 10 de abril de 2014  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES - OFICIAL

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro  
CON 06293 BGD 21826

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**CARTÓRIO VIANA JÚNIOR**  
2º Ofício de Notas  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
[34889472]-YASMIN PEREIRA DOS REIS.....  
Juiz de Fora, 28/03/2014.  
ROMULO VINICIUS ALVES- TABELADO SUBSTITUTO  
Encl: R\$3,48 FCR: R\$0,22 TFI: R\$1,21 Total: R\$ 5,11

10º Serviço Notarial - RJ - Tabelião Claudio Antonio Mattos Souza  
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - RJ - Fone: (021) 2235-3050  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
ADILZA DA SILVA RAMALHO DA COSTA.....  
Rio de Janeiro, 18 de Março de 2014.  
Em testemunho da verdade, 033  
EACP18768-SPEC consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitapublica>  
Emolumentos: R\$4,32 - Taxas: R\$1,53 - Total: R\$5,85  
73145428 RJ - JORGE VASCONCELOS CONTREIRAS - SUBSTITUTO



Oficial: Dra. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**CARTÓRIO VIANA JÚNIOR**  
2º Ofício de Notas  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
[5155X682]-MARCELO ALMEIDA ANTUNES.....  
Juiz de Fora, 27/03/2014.  
ROMULO VINICIUS ALVES- TABELADO SUBSTITUTO  
Encl: R\$3,48 FCR: R\$0,22 TFI: R\$1,21 Total: R\$ 5,11

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**RECONECIMENTO DE ASSINATURA**  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
[5155X682]-MARCELO ALMEIDA ANTUNES.....  
Juiz de Fora, 27/03/2014.  
ROMULO VINICIUS ALVES- TABELADO SUBSTITUTO  
Encl: R\$3,48 FCR: R\$0,22 TFI: R\$1,21 Total: R\$ 5,11



# INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. **ADSUMUS!**

## ATA DE FUNDAÇÃO

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de 2013, com início às 19h30minh em sua sede provisória: AV Doutor Simeão de Farias nº1043 Santa Cruz MG, CEP. 36.088-000. Reuniram-se em Assembleia de Constituição e Fundação do **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL** e nome de fantasia "**BRIGADA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**." Assumiu a presidência do trabalho por aclamação unânime, o Presidente Marcelo Almeida Antunes, convidando eu, Maria Claudia de Oliveira para secretária **Ad-Hoc**. Assim fazer os registros desta sessão o que foi aceito; li o **Assunto da Ordem do Dia**, para qual fora convocado esta Assembleia Geral e que tem o seguinte teor: **A) DA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO ESTUDO SOCIAL; B) CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO; C) ELEIÇÃO DA DIRETORIA D) ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL; A) DA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL;** iniciando-se o trabalho, o presidente me solicitou que procedesse a leitura do projeto do Estatuto Social, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura o Presidente submeteu-o, artigo por artigo, a apreciação e discussão e, em seguida a sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações mantendo o seguinte teor: O Estatuto que foi lido e aprovado nesta ata segue anexo; **B) DA CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO:** O presidente colocou sobre a mesa para a provação do nome da sociedade, com personalidade jurídica de **INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**, com sede provisória na: AV Doutor Simeão de Farias nº1043 Santa Cruz MG, reuniram-se em Assembleia de, tendo o Plenário aceito e aprovado; a seguir o Presidente declarou definitivamente fundado desde a data de sua primeira reunião em 22/02/2012 e agora constituída legalmente. **C) DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA:** Depois de indicados e eleitos os membros da diretoria para exercer suas atividades no período de 12/2013 à 31/2018, ficando composto da seguinte forma: **PRESIDENTE:** Marcelo Almeida Antunes, Brasileiro, Casado, Gênero masculino, em segurança, CPF nº 011536787-05, Cédula de Identidade RG.Nº52133112-2, SSPSP, residente e domiciliado na Avenida Doutor Simeão de Farias, 1043, Bairro de Santa Cruz, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP: 36088-000; **VICE-PRESIDENTE:** Aziza da Cunha Ramalho da Costa, Brasileira, Casada, Docente, CPF nº97404772753, Cédula de Identidade RG nº07.171.583-3 Residente na Rua Av.N.Sra de Copacabana, 542/1006 CEP: 22020001 **SECRETÁRIO:** Maria Claudia de Oliveira, Brasileira, Solteira, Química, CPF nº 06813515608, Cédula de Identidade RG.Nº12699420, SSPMG, residente e domiciliado na Rua Sidônio Veloso, 94, Bairro de Santa Lucia, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. CEP: 36087080; **TESOUREIRA:** Yasmim Pereira dos Reis, CPF nº 119.667.396.99, Cédula de Identidade RG.nº MG-18324297, SSPMG, residente e domiciliado na Rua José Nicolau do Nascimento, 168, Benfica, Juiz de Fora-MG, CEP: 36090652. **D) DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL:** Após a indicação, ficou aprovada a série de chapa única, ficando propostos e apoiados a composição por unanimidade de votos por aclamação os três membros efetivos que comporá o quadro do Conselho Fiscal, a seguir: **TITULARES:** Darcilei Pereira dos Reis, **SUPLENTE:** João José da Silva, Jairo Coelho De Almeida, Izamar Jorge Falcão da Rosa, Elizangela Aparecida dos Santos, Jocimar Pereira Silva, Evandro Pereira dos Reis e em seguida foram empossados imediatamente cada um nos seus cargos para exercer suas funções pelo mandato de cinco anos da Diretoria, Exceto Presidência com mandato por tempo Indeterminado e Conselho Fiscal seguem nexos a esta Ata, e não havendo nada mais a tratar o Presidente declarou encerrada a Reunião às 21h30minh. E u, Secretária **Ad-Hoc** Maria Claudia de Oliveira, lavrei a presente Ata, que a mesma será digitada em 03 (três) vias e igual teor e forma, que após lida e aprovada vai por mim, pelo presidente e por toda diretoria, assinada e levada o Órgão de registro competente.



Juiz de Fora, 20 de Fevereiro de 2014

Digo - 18 - 03 - 2014

*Marcelo Almeida Antunes*  
Presidente

*Aziza da Cunha Ramalho da Costa*  
Vice Presidente

*Yasmim Pereira dos Reis*  
Tesooureira

*M. Claudia*  
Secretária

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURIDICAS  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Henriques  
Subst.: Bel. M. da Conceição Henriques  
Rua Helder, 65/11505 e 1506-C

REC VERSO

REC VERSO

REC. VERSO

REGISTRO DE TITULOS, DOC  
E DAS PESSOAS JURID  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Henr  
Subst.: Bel. M. da Conceição Henr  
Rua Helder, 65/11505 e 1506-C



**CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO**  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
CNPJ: 20.451.266/0001-68  
RUA HALFELD nº 651/1505 - CENTRO  
Fone: (32)3215-1505  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES -  
PROTOCOLO Nº 195944 -  
REG Nº 7418 - LIV A-88 - PÁG 124  
Juiz de Fora, MG. 10 de abril de 2014  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES - OFICIAL

**REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro  
Cód. 06293 BGD 21826

**REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**CARTÓRIO VIANA JÚNIOR**  
2º Ofício de Notas  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
(30899072)-YASMIN PEREIRA DOS REIS.....  
Juiz de Fora, 28/03/2014.  
ROMULO VINICIUS ALVES- TABELADO SUBSTITUTO  
Emol:R\$0,59 FCR:R\$0,22 TFG:R\$1,23 Total:R\$ 2,04

10º Serviço Notarial - RJ - Tabelião Claudio Antonio Mattos Souza  
Rua Barata Ribeiro, 330 - Copacabana - RJ - Fone: (021) 2236-3050  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
AZIZA DA CUNHA RAMALHO DA COSTA.....  
Rio de Janeiro, 18 de Março de 2014  
Em testemunho da verdade: 033  
EACP18788-SPEConsulta em <https://www3.trj.jus.br/sitepublic>  
Emolucões: R\$4,32 - Taxas: R\$1,53 - Total: R\$5,85  
73185/428 RJ - JORGE VASCONCELOS CONTREIRAS - SUBSTITUTO

**10º OFÍCIO DE NOTAS**  
R. BARATA RIBEIRO, 330  
COPACABANA  
RIO DE JANEIRO

**REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**CARTÓRIO VIANA JÚNIOR**  
2º Ofício de Notas  
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:  
(51558682)-MARCELO ALMEIDA ANTUNES.....  
Juiz de Fora, 27/03/2014.  
ROMULO VINICIUS ALVES- TABELADO SUBSTITUTO  
Emol:R\$1,10 FCR:R\$0,22 TFG:R\$1,23 Total:R\$ 2,55

**REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS**  
Oficial: Dra. Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

**RECONHECIMENTO DE FIRMA**  
RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A(S) FIRMA(S) DE:  
MARCELO VINICIUS BARION  
Emol:R\$1,10 FCR:R\$0,22 TFG:R\$1,23 Total:R\$ 2,55  
**Selo de fixação**  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
BPD 08220



Protocolo: 195944  
Reg: 007418  
Livro: A98  
Folha: 121 Pag: 1  
Data: 10/04/2014

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
RUA: HALFELD nº 651/1505 - CENTRO - Juiz de Fora-MG  
LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES-



Livro A

Apresentante: ELISANGELA APARECIDA DOS SANTOS

Certifico estar registrado neste cartório o documento abaixo, digitalizado em seu inteiro teor, conforme número de registro e livro acima.

**INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**  
Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. ADSUMUS!

**ESTATUTO**

**TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL, doravante reconhecido pela sigla IPAN, com nome de fantasia BRIGADA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL (SPAN).  
É uma associação sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Juiz de Fora, sediado interinamente AV DOUTOR SEMEÃO DE FARIAS nº1043 STA CRUZ - MG, CEP. 36.088-000, regido por este Estatuto e demais disposições legais pertinentes.

**Parágrafo Único** - O presente Estatuto regula situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros do SPAN, com abrangência em todo Território Nacional e no exterior.

**CAPÍTULO II**

**Do objeto:**

**Art. 2º** O IPAN É uma força de auxílio aos órgãos públicos e federais, é uma instituição filantrópica permanente que tem por finalidade organizar a ação de associados e voluntários para, proteção, preservação da fauna e flora, atuando no combate a , nas atividades de associações para causas de defesa e recuperação do meio ambiente natural, à conservação, à defesa, ao equilíbrio ecológico, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, prevenção e combate a incêndios, florestais busca e salvamento, resgate de animais, terrestres, marítima e aérea, primeiros socorros, auxílio em enchentes e ações de defesa civil, implantação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC's), Brigada de Incêndio, bombeiro civil e a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional, contribuir para preservação e a restauração da diversidade de ecossistema natural, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, proporcionar ensaios e análises de amostras ambientais, proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural, proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos, recuperar ou restaurar ecossistema degradado, proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento, valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, proteger os recursos naturais necessários à subsistência, respeitando, valorizando, conhecimento, cultura e tradição promovendo-as social e economicamente. Possui uma disciplina militar, com patentes, discriminadas em nosso regimento interno, de acordo com as aptidões físicas e intelectuais seguindo a hierarquia usada no militarismo em atividades consideradas como Pré-Militares, sem nenhum caráter para-militar previsto pela Constituição Federal.

§ 1º Para fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configuram-se mediante a execução direta de projetos, programas e planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos, órgãos do poder público que atuem em áreas afins mediante iniciativas de convênios públicos ou privados.

§ 2º É vedada à entidade a participação em campanhas de interesse político partidário ou eleitoral.

§ 3º A entidade poderá instituir cursos de formações superiores, técnicos e livres relacionados aos seus objetivos afins, Tais como: Capelania, atividades subaquáticas (Mergulho), Primeiros Socorros, Socorrista, Resgate e Salvamento no Meio Ambiente, Operações Ambientais, Montanha, Busca e Salvamento em Montanha, Brigada de Incêndio, Defesa civil, de formação específica de treinamento e aperfeiçoamento social e profissional ou em outros cursos ministrados pela instituição.

§ 4º Promover Cursos Profissionalizantes, Técnico, Superiores, chefia e Lideranças e de inteligência investigativa em todo âmbito publico ou privado;

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves



**INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**  
Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. *ADSUMUS!*

Art. 3º Para execução de seus objetivos o IPAN poderá:

a) Pleitear sua qualificação como organização social, organização da sociedade civil de interesse público. Ou outra reconhecida pela legislação vigente, ficando incorporadas ao seu estatuto as respectivas exigências legais;

§ 1º Promover, planejar, criar, executar e administrar projetos e/ou programas de pesquisas, obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental, entidades públicas e privadas e à comunidade em geral, ações de atividades e serviços de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, habitação, trabalho, justiça e desenvolvimento social, visando à formação do cidadão, aprimorando a democracia e os direitos humanos, eliminando todas as formas de racismo e de discriminações sociais, primando pela família em favor de uma sociedade justa, fraterna, livre e solidária;

§ 2º Colaborar com os Poderes Públicos nas situações de emergências, ou quando solicitado, prestar assistência social a quem interessar, promovendo atividades de utilidades públicas, participando da formulação de políticas públicas e ações sociais comunitárias, valorizando os Estatutos da Criança e do Adolescente, bem como aos idosos e aos deficientes físicos, sempre com amparo de seus respectivos Estatutos;

**CAPÍTULO III**

Da admissão e exclusão de associados

Art. 4º A admissão dos associados será feita mediante proposta e indicação dirigida à diretoria, sem quaisquer privilégios ou distinção de acordo com o art. 3º, a partir dos 16 anos de idade legalmente autorizados pelos seus familiares ou responsáveis.

Art. 5º Os associados são classificados nas seguintes categorias: Fundador; são aqueles que ajudaram na fundação da associação, e que assinam a Ata de fundação da associação; Associados Efetivos: são aqueles que entrarem para o quadro social após a fundação da Associação; Associados Beneméritos: os que contribuem com donativos e doações; Associados Contribuintes: poderão ser pessoas físicas ou jurídicas que contribuem para a manutenção e prestação de serviços da associação, sendo o valor da contribuição, previamente aprovados em Assembleia Geral;

Associado Honorário: é aquele que por indicação da diretoria e aprovação do presidente, poderá exercer cargos e funções; Associado Beneficiário: os que recebem gratuitamente os benefícios alcançados pela entidade, junto aos associados contribuintes, órgãos públicos e privados;

Art. 6º Serão admitidos como associados todas as pessoas que requerem sua admissão, comprometendo-se a cumprir o Estatuto, seus princípios e finalidades.

Art. 7º Perderão a qualidade de associados (exoneração) aqueles que solicitarem seu desligamento da Associação;

Art. 8º Será excluído:

§ 1º o associado ou administrador que atentar contra as finalidades da associação, ou que praticar ato ou omissão que desabone sua conduta (traição, conspiração, sabotagem), perante a associação, a juízo da Diretoria;

§ 2º o administrador que não cumprir as funções para as quais foi eleito; ou se ausentar das reuniões administrativas, sem justificativa, por três vezes seguidas ou quatro intercaladas; sempre a juízo de 2/3 dos presentes em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 3º Considera-se administrador qualquer membro da Diretoria e, no caso de sua exclusão, será chamado a ocupar o cargo vacante o suplente ou, se necessário, deverão ser convocadas eleições, nos termos do Título IV deste Estatuto.

**CAPÍTULO IV**

Dos direitos e deveres dos associados

Art. 9º São direitos dos associados:

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dra Lucy Figueiredo Hargreaves

Of. Subst.: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - CentroREGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dra Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro





**INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**  
Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. *ADSUMUS!*

§ 1º aderir e participar dos planos, programas, eventos e benefícios organizados e promovidos pela Associação.

§ 2º tomar parte nas reuniões das Diretorias e Assembleias, nestas com direito de voto, desde que estejam adimplentes com suas obrigações até 30 dias que antecedem a data da Assembleia;

I - ser elegível, candidatar-se a compor chapa;

II - convocar Assembleia Geral Extraordinária dos Associados, desde que solicitem ao Presidente, por escrito, através de exposição de motivos, assinada no mínimo por 20% (vinte por cento) dos associados que estejam adimplentes com seus deveres, nos moldes deste Estatuto;

III - apresentar e defender sugestões e propostas que se relacionem com os objetivos da associação, assim como interpor recursos às Diretorias e das Diretorias à Assembleia Geral.

Art. 10º São deveres dos associados:

I - respeitar e cumprir este Estatuto, bem como quaisquer regulamentos e resoluções que forem baixados pela Assembleia Geral dos Associados, e pela Diretoria cooperando sempre, direta ou indiretamente para o seu progresso;

II - pagar, pontual e mensalmente, as contribuições financeiras devidas à Associação;

III - exercer com empenho e dedicação as funções para as quais tenha sido eleito ou nomeado, na forma deste Estatuto;

IV - comparecer às convocações feitas pela Associação.

Parágrafo único. Os associados não responderão subsidiariamente por compromissos assumidos em nome da Associação. Apenas os administradores da Associação, no seu dever de prestação de contas, caso não logrem aprovação da Assembleia Geral, responderão com seu patrimônio, subsidiariamente, por eventuais danos provocados ao patrimônio da Associação.

**CAPÍTULO V**

**DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

Art. 11º A Associação está organizada em:

I Assembleia Geral;

II Diretoria;

III Conselho Fiscal.

**CAPÍTULO VI**

**Da assembleia geral**

Art. 12º A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação, podendo discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto do interesse da Comunidade. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados regularmente registrados na Associação, em gozo dos seus direitos de associado.

§ 1º A Assembleia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação nos meios de divulgação disponíveis, sempre com a antecedência mínima de 10 (dez) dias. Em primeira convocação, a Assembleia Geral só deliberará com a presença mínima de um terço dos associados, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número e aprovação da porcentagem dos associados presentes.

§ 2º Para deliberar sobre destituição de administradores (§ 3º, IV), sobre alterações no Estatuto (§ 3º, V) e sobre a extinção da associação, (§ 3º, VI), exige-se o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 3º Compete à Assembleia Geral:

I - Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal a cada dois anos, em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para este fim, através de eleição, admitida uma reeleição, por voto secreto, ou através de aclamação, quando houver apenas uma chapa;

II - Conhecer, discutir, relatórios da Diretoria sobre suas atividades, assim como aprovar as contas;

III - Decidir sobre assuntos em relação ao qual este Estatuto e o Regimento Interno forem omissos;

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dr.ª Lucy Figueiredo Hargreaves

Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dr.ª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro





**INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**  
Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. AD SUMUS!

IV - Gerenciar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;  
V - Alterar o Estatuto;

VI - Decidir sobre a extinção da Associação.

§ 4º A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente da Diretoria, de preferência durante o primeiro trimestre de cada ano. Nela serão apresentados o relatório das atividades e a prestação de contas da Associação, assim como os relatórios do Conselho Fiscal.

§ 5º A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal quando conhecer de qualquer irregularidade na administração da Associação, ou por 1/5.

(um quinto) dos associados. Nela será discutido qualquer tema que não esteja reservado à Assembleia Geral Ordinária.

§ 6º Todos os associados da Comunidade poderão participar das Assembleias. A Assembleia Geral será aberta pelo Presidente e será eleito um associado para presidir-la.

**CAPÍTULO VI**

**Da Diretoria**

Art. 13º A Diretoria, com mandato de dois anos, exceto o Presidente que será por tempo indeterminado, e a mesma é composta por: Vice-Presidente, 1º Secretário (a), Tesoureiro (a).

Parágrafo Único o Presidente somente sairá poderá ser Destituído, nos seguintes casos, de Vontade própria, Fraude (se comprovada com Provas verídicas e testemunhas), Invalidez por doenças ou morte.

Art. 14º As decisões da Diretoria serão tomadas em reunião, por maioria, cujo quórum mínimo deverá ser de mais um dos membros da diretoria. Nas decisões da Diretoria, cabe a cada Diretor um voto e, em caso de empate, compete ao Presidente o voto de desempate.

§ 1º São deveres da Diretoria:

I - Lutar pelos interesses dos associados e pela efetividade das finalidades da associação;

II - Convocar Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

III - Cumprir e fazer cumprir as decisões das Assembleias;

IV - Preparar relatório anual sobre as atividades da Associação para ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária;

V - Reunir-se, no mínimo, mensalmente, para resolver questões que lhe competem, devendo, a cada seis meses, avaliar o andamento dos planos de trabalho.

Art. 15º São atribuições dos membros da Diretoria:

§ 1º Compete ao Presidente: Representar a Instituição, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele; b) Presidir e coordenar as reuniões da Diretoria; c) Rubricar e assinar, juntamente com ou separadamente do Secretário, os livros da Secretaria e todas as páginas das Atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; d) Rubricar e assinar, juntamente com ou separadamente com o Tesoureiro, os livros da Tesouraria, bem como os cheques e todos os documentos bancários; e) Superintender em caráter geral, todas as atividades da Diretoria e de seus membros, respeitando sempre as funções de cada um;

§ 2º Compete ao Vice-Presidente: Substituir o Presidente em quaisquer de seus impedimentos; b) Cooperar com o Presidente em todas as suas atribuições; c) Supervisionar as atividades da entidade juntamente com os demais membros da Diretoria.

§ 3º Compete ao Secretário: a) Redigir as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, assinando-as juntamente com o Presidente; b) Dirigir os trabalhos da Secretaria e redigir toda a correspondência da Associação; c) Fornecer ao Presidente os dados necessários à confecção de relatórios da Associação; d) Substituir o Presidente, na falta ou ausência do Vice-Presidente.

§ 4º Compete ao Tesoureiro: a) Promover a arrecadação de receitas, depositando-as em conta corrente conjunta em nome da Associação, assinando, juntamente com o Presidente, os cheques sobre essa conta; b) Efetuar os pagamentos de todas as despesas devidamente autorizadas, e organizar o balanço geral das atividades da Tesouraria; c) Apresentar mensalmente o balanço de movimento financeiro à

*[Handwritten signatures and initials]*





**INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL**  
Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. ADSUMUS!

Diretoria e Conselho Fiscal; d) Preparar o balanço anual das atividades financeiras e apresentá-lo ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; e) Dirigir todo o serviço de escrita da Tesouraria; f) Escrever o movimento financeiro da Associação nos livros apropriados.

V- A competência dos demais diretores constará em regimento interno.

Art. 16º A Diretoria poderá criar qualquer órgão que julgar ser necessário ao desenvolvimento e finalidades da Associação, contando que esteja de acordo com os princípios constantes do presente Estatuto, e serão eleitos pela Assembleia Geral.

**CAPÍTULO VIII**

**- DO CONSELHO FISCAL**

Art. 17º O Conselho Fiscal é órgão de assessoramento da Assembleia Geral e lhe compete na votação de matérias atinentes à regularidade e legalidade dos atos de administração da associação, emitindo relatórios e pareceres às Assembleias, bem como a Diretoria. O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo dois efetivos e um suplente, devendo ter um Presidente e um Secretário, escolhidos na primeira reunião após a sua posse.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros fiscais será de quatro anos.

**CAPÍTULO IX**

**- DO PATRIMÔNIO**

Das fontes de recursos e administração do patrimônio

Art. 18º As fontes de recurso e o patrimônio da Associação constituem-se por contribuições dos associados, doações, legados e rendas eventuais; rendas por serviços prestados, bens móveis e imóveis adquiridos, subvenções e auxílio do poder público, sendo certo que a associação aplicará suas rendas integralmente para as finalidades sociais.

§ 1º A Instituição não distribuirá lucros, bonificações, dividendos ou outras vantagens sob nenhuma forma ou pretexto aos seus dirigentes mantenedores ou associados.

§ 2º A contribuição dos associados será definida em Assembleia Geral o valor do salário mínimo estabelecido por lei federal, decidida em Assembleia, mediante proposta da Diretoria.

§ 3º Nenhum bem será alienado sem aprovação da Assembleia Geral, com prévio parecer do Conselho Fiscal, sendo certo que o produto da venda será aplicado na aquisição de outros bens ou na realização estrita dos objetivos da Associação.

**CAPÍTULO X**

Da dissolução da associação e destino do patrimônio

Art. 19º Em caso de dissolução da Associação, o remanescente líquido do seu patrimônio será destinado à entidade congênere, de fins não econômicos, escolhida pela Assembleia Geral Extraordinária que tiver decidido pela dissolução.

**TÍTULO XI**

**- DAS ELEIÇÕES**

Art. 20º A eleição dos administradores será feita por aclamação, quando se tratar de chapa única ou por escrutínio secreto quando inscreverem-se 02 (duas) ou mais chapas, apresentadas à diretoria até 10 dias antes da eleição. A diretoria, sob pena de exclusão por justa causa, encaminhará as chapas à Assembleia Geral que colocará em votação no dia, hora e local marcado na convocação, proclamando eleita e empossada a chapa mais votada.

**TÍTULO XII**

**- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 21º São livros obrigatórios da Associação:

I - Registro dos Associados;

II - Livro Diário;

III - Livro-caixa

§ 1º Todos os livros deverão ser autenticados pelo responsável por sua guarda.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Drª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. Mª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro





INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL  
Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. AD SUMUS!

§ 2º. Quando possível, podem ser utilizadas fichas, em vez de livros, desde que autenticadas, nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º Os livros e documentos objetos deste artigo poderão ser consultados a qualquer hora pelos membros do Conselho Fiscal, Diretoria ou pelos associados.

Art. 22º O exercício social irá de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

Art. 23º Todos os cargos da Diretoria do INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL serão exercidos em caráter de gratuidade, podendo os diretores ou os comissionados receber uma verba de representação ou pró-labore para ajuda de custo nas representações da mesma. Fica ao presidente de Honra ter pôr delegação de poderes ou procuração e representação jurídica e administrativa da Instituição.

Art. 24º Fica nomeado o Sr. Marcelo Almeida Antunes como Presidente de Honra e Honorário.

Art. 25º Esse Estatuto será complementado pelas disposições constantes do Regulamento Interno da Associação, que ficará depositado na sede da Associação, devendo ser disponibilizado a qualquer associado mediante solicitação.

Nada mais a discutir em assembléa, encerra-se o presente ata.

Autz de Fora, 30 de Fevereiro 2014.

2. OFICIO

Manuel Afonso Antunes  
Presidente

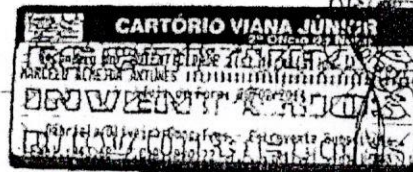
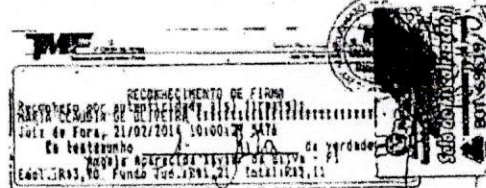
Nome: Marcelo Almeida Antunes  
CREA-RJ 2010139496  
MTE-RJ 0018480

TIME  
11:05:00

1º Secretário  
Nome: Maria Claudia de Oliveira  
CRQ-MG 02412004

1222

Dr<sup>o</sup>: Helen Castilho Paulo de Souza  
OAB/RJ 173.399



REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dr.<sup>a</sup> Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.<sup>a</sup> da Conceição C. Gonçalves  
Rua Haffner, 65/1505 e 1506 - Centro





INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL

Lealdade, Disciplina, Coragem, Missão. ADSUMUS!

ATA DE FUNDAÇÃO

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de 2013, com início às 19h30minh em sua sede provisória: AV Doutor Simeão de Farias nº1043 Santa Cruz MG, CEP: 36088-000. Reuniram-se em Assembleia de Constituição e Fundação do INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL e nome de fantasia "BRIGADA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL." Assumiu a presidência do trabalho por aclamação unânime, o Presidente Marcelo Almeida Antunes, convidando eu, Maria Claudia de Oliveira para secretária Ad-Hoc. Assim fazer os registros desta sessão o que foi aceito, li o Assunto da Ordem do Dia, para qual fora convocado esta Assembleia Geral e que tem o seguinte teor: A) DA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO DO ESTUDO SOCIAL; B) DA CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO; C) ELEIÇÃO DA DIRETORIA; D) ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL; A) DA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL: iniciando-se o trabalho, o presidente me solicitou que procedesse a leitura do projeto do Estatuto Social, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura o Presidente submeteu-o, artigo por artigo, a apreciação e discussão e, em seguida a sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações mantendo o seguinte teor: O Estatuto que foi lido e aprovado nesta ata segue anexo, B) DA CONSTITUIÇÃO E FUNDAÇÃO: O presidente colocou sobre a mesa para a provação do nome da sociedade, com personalidade jurídica de INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL, com sede provisória na AV Doutor Simeão de Farias nº1043 Santa Cruz MG, reuniram-se em Assembleia de, tendo o Plenário aceito e aprovado; a seguir o Presidente declarou definitivamente fundada desde a data de sua primeira reunião em 22/02/2012 e agora constituída legalmente. C) DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA: Depois de indicados e eleitos os membros da diretoria para exercer suas atividades no período de 12/2013 a 01/2018, ficando composto da seguinte forma: PRESIDENTE: Marcelo Almeida Antunes, Brasileiro, Casado, Gestor em segurança, CPF nº 011536787-05, Cédula de Identidade RG nº52133112-2, SSPSP, residente e domiciliado na Avenida Doutor Simeão de Farias, 1043, Bairro de Santa Cruz, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP: 36088-000, VICE-PRESIDENTE: Aziza da Cunha Ramalho da Costa, Brasileira, Casada, Docente, CPF nº97404772753, Cédula de Identidade RG nº07.171.583-3 Residente na Rua Av.N.Sra de Copacabana, 542/1005 CEP: 22020001 SECRETÁRIO: Maria Claudia de Oliveira, Brasileira, Solteira, Química, CPF nº 06813515608, Cédula de Identidade RG nº12699420, SSPMG, residente e domiciliado na Rua Sidônio Vekoso, 94, Bairro de Santa Lucia, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP: 36097090, TESOUREIRA: Yasmim Pereira dos Reis, CPF nº 119.657.396.99, Cédula de Identidade RG nº MG-18324297, SSPMG, residente e domiciliado na Rua José Nicolau do Nascimento, 108, Benfica, Juiz de Fora-MG, CEP: 36090652. D) DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL: Após a indicação, ficou aprovada a série de chapa única, ficando propostos e apoiados a composição por unanimidade dos votos por aclamação os três membros efetivos que comporá o quadro do Conselho Fiscal, a seguir: TITULARES: Darcilei Pereira dos Reis, SUPLENTE: João José da Silva, Jairo Coelho De Almeida, Alzamar Jorge Falcão da Rosa, Elizangela Aparecida dos Santos, Jocimar Pereira Silva, Evandro Pereira dos Reis e em seguida foram empossados imediatamente cada um nos seus cargos para exercer suas funções pelo mandato de cinco anos da Diretoria, Exceto Presidência com mandato por tempo indeterminado e Conselho Fiscal seguem anexos a esta Ata, e não havendo nada mais a tratar o Presidente declarou encerrada a Reunião às 21h30minh. E eu, Secretária Ad-Hoc Maria Claudia de Oliveira, faço a presente Ata, que a mesma será digitada em 03 (três) vias de igual teor e forma, que após lida e aprovada vai por mim, pelo presidente e por toda diretoria, assinada e levada ao Órgão de registro competente.

Juiz de Fora, 20 de Fevereiro de 2014  
Dia 18 Mar 2014  
2.º OFÍCIO  
Marcelo Almeida Antunes  
Presidente  
2.º OFÍCIO  
Aziza da Cunha Ramalho da Costa  
Vice Presidente  
1.º OFÍCIO  
Yasmim Pereira dos Reis  
Tesoreira  
REC. VERSO  
REC. VERSO  
REC. VERSO

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dr.ª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro

Dou. fe. Juiz de Fora, 04 de junho de 2019.

LUCY DE FIGUEIREDO HARGREAVES - OFICIALA

Código	Ato	Qtd.	Emolumento	ISS	Recompe	TFJ	Total
6501-1	Certidão PJ	1	R\$ 17,75	R\$ 0,94	R\$ 1,07	R\$ 6,65	R\$ 26,41
6502-9	Folha Adicional PJ	6	R\$ 7,50	R\$ 0,42	R\$ 0,48	R\$ 1,02	R\$ 10,02
Total			R\$ 25,25	R\$ 1,36	R\$ 1,55	R\$ 8,27	R\$ 36,43

Poder Judiciário - TJMG - Cartório-geral de Justiça  
1º Ofício RTD E CPJ de Juiz de Fora/MG  
Rec. de Fora, MG  
Selo Número: CTF12282  
Código: 0215.9377.0145.6735  
Total de atos: 7 - Emol: 26,80 TFJ: 8,27 Total: 35,07  
Consulte a validade deste Selo no site: <https://sctos.tjmg.jus.br>



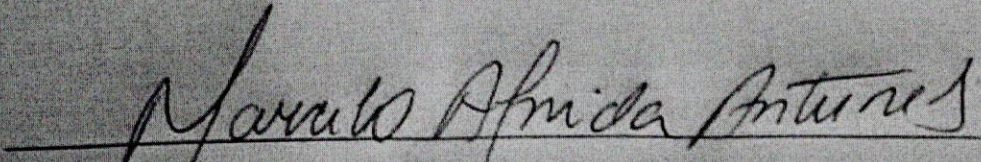
REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS  
E DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial: Dr.ª Lucy Figueiredo Hargreaves  
Of. Subst.: Bel. M.ª da Conceição C. Gonçalves  
Rua Halfeld, 651/1505 e 1506 - Centro



## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Eu, MARCELO ALMEIDA ANTUNES, BRASILEIRO, GESTOR EM SEGURANÇA PÚBLICA, R.G., 011.536787-05, residente e domiciliado na, AV. DOUTOR SEMEÃO DE FARIAS Nº 1043 SANTA CRUZ-MG, CEP. 36.088-000, ocupando o cargo de PRESIDENTE, na entidade INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NACIONAL, declaro sob as penas da lei, que sou pessoa de idoneidade moral ilibada perante a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

Juiz de Fora 18 de setembro de 2020



Assinatura do declarante